

Capítulo 4 – As manifestações da diferença: vivências quotidianas e práticas de sociabilidade.

Depois da definição das elites locais e respectiva composição e comportamentos económicos, passo à análise das vivências quotidianas e práticas de sociabilidade deste grupo, sobretudo nos seus aspectos exteriores de diferenciação social que distinguem estas famílias dos restantes grupos da sociedade avisense. Esta análise tem o objectivo de definir a imagem social das elites e a forma como ela é imediatamente reconhecida, pela manifestação do seu poder simbólico, o qual tem representações perfeitamente visíveis na sociedade local: o lugar ocupado pelas elites na sua esfera de acção respondia a uma encenação própria manifestada em aspectos materiais, mas também em atitudes, como as descritas por um membro da elite da freguesia beirã retratada por José Manuel Sobral. "Entram na (classe) dos ricos os que vivem como tais (...) com uma ostentação discreta mas perceptível, uma superioridade afável, regularidade nas práticas religiosas e nos deveres de cortesia inter pares; e o escrupuloso cumprimento das convenções de caridade (outra regra fundamental)" ⁽¹⁾.

Pretendo aqui descrever uma realidade social característica do meio rural alentejano na primeira metade do século XX, da qual Avis é parte integrante e que se manifesta num estilo de vida: aliás, vários estilos de vida dentro dum mesmo grupo que se caracteriza pela diversidade dos seus membros. Já foram referidas as diferentes origens e actuações socio-económicas e profissionais das elites sociais de Avis: as elites rurais e as elites mais "urbanas". Dentro de cada uma destas subdivisões, encontrei várias ligações e muitos outros factores de separação. Além disso, verificou-se uma evolução destes grupos no tempo, marcada por grandes mudanças e simultaneamente por fortes permanências.

Uma das grandes permanências está relacionada com o facto do grupo das elites ser constituído maioritariamente pelas mesmas famílias desde pelo menos os finais do séc. XVIII, como já foi desenvolvido no capítulo anterior; até a passagem de alguns membros do grupo de lavradores/rendeiros à categoria de grandes proprietários não veio alterar-lhes grandemente o estilo de vida, pois os objectivos continuaram a ser os mesmos de aumentar a renda da lavoura e o património fundiário. A grande mudança ocorreu quando se começou a verificar o abandono dos montes e grande parte das famílias dos lavradores passaram a ter a sua primeira residência na sede do concelho ou noutros centros urbanos, o que introduziu alterações significativas nos comportamentos sociais, nas vivências e nas sociabilidades das elite avisenses.

De qualquer modo, até meados do século XX a vida das elites locais nunca deixou de estar ligada à agricultura e à pecuária, aqui designada como *lavoura*, actividade principal da região e da qual dependem todas as outras. Mesmo com a subida relativa dos níveis de absentismo, praticamente todas as famílias continuaram a ter pelo menos um representante a tomar conta das suas propriedades e das dos parentes ausentes. Toda a população do concelho, até os que não tinham a agricultura como actividade principal, como os comerciantes, por exemplo (devido à sua actividade de credores dos trabalhadores rurais em tempos de desemprego), vivia condicionada pelo ritmo dos trabalhos que se realizavam nas diferentes estações do ano: as épocas de colheitas, da apanha da azeitona, das ceifas, mondas, feiras... As elites sociais locais participavam intensamente neste ciclo que faz parte duma vivência rural que as populações das cidades em geral desconhecem ou ignoram, pois não são afectadas directamente pelo facto de estar a chover ou não, de estar frio ou estar calor. Qualquer destes factores era determinante para a subsistência das populações rurais e contribuía directamente para o seu bem-estar.

4.1 - Vivência Rural

Uma das características mais notáveis da província transtagana são os montes, isto é, as casas de residência nas herdades, que simultaneamente e por via de regra se aplicam também a sedes das lavouras que se exploram nas mesmas herdades (...) Erguidos no alto de qualquer colina ou na vertente de uma encosta, dominam vastos horizontes, cujo panorama (...) agrada pela fertilidade do solo extensíssimo e pelo avultado número de gados diversos que o povoam e animam. (...) De feição essencialmente criadora, sintetiza(m) em si toda a vida agrícola alentejana.⁽²⁾

Nunca é demais repetir que as descrições de José da Silva Picão nos apresentam o retrato mais completo e vivo da realidade rural alentejana. Este autor dividiu os montes em cinco classes:

1º "Os de aparência acastelada, solarengos, com torres e ameias, de dois andares, cercados por alto muro, que deixa de permeio o pátio de entrada".

2º "Aqueles que, não tendo a vetusta imponência dos primeiros, possuem contudo os requisitos necessários à sede de uma grande lavoura e à habitação confortável do lavrador e sua família. (...) denotam no seu todo uma feição mais alegre e moderna. Compõem-se geralmente de casas altas e baixas, com janelas e portados rectangulares, sem (...) muro. As portas exteriores dão para terreiros sem vedação, que se prolongam indefinidamente pela herdade".

3º "Os de menos acomodações que os precedentes (...) possuem em geral alojó para uma lavoura mediana".

4º "Os de poucas casas ao rés-do-chão, em número restrito (para) uma lavoura relativamente pequena. Se possuem compartimentos para a residência do lavrador, são tão exíguos e diminutos que raríssimas vezes se destinam a tal uso".

5º "Os de três a seis casitas baixas (...) *estes montarecos* habitam-nos os guardas, pastores, caseiros, etc."⁽³⁾.

No concelho de Avis existem montes que correspondem a qualquer destas classificações. Apesar de alguns estarem actualmente em muito mau estado, permitem a reconstituição de parte da sua vida passada. Com alguma imaginação podemos até visualizar os diferentes tipos do pessoal da lavoura a exercer as suas actividades nas *ruas dos montes*, o patrão a passar com o seu cavalo ou de *charrete*, e outras situações pitorescas.



Apenas um dos montes de Avis pode ser incluído na primeira categoria: o da Herdade da Torre, comprado por António José da Cunha e Sá nos anos 30 do século XIX.



A maioria enquadra-se na descrição da segunda e terceira "classes", encontrando-se também perto destes alguns dos tais *montarecos* para habitação do pessoal.



Casa dos guardas ao lado de Pêro Viegas.

Grande parte dos grandes proprietários de Avis nos finais do século XIX eram lavradores que residiam nas sedes das suas lavouras com a sua unidade familiar alargada, constituída pela família nuclear e todo um conjunto de criados (no sentido tradicional e literal do termo) e empregados da casa que participavam na vida doméstica. Estes incluíam os mestres das crianças, os serviçais, alguns afilhados, etc. Além da casa principal, os montes tinham quase sempre um conjunto de imóveis como as casas dos empregados da lavoura e respectivas famílias, os celeiros, armazéns, moinhos, lagares, pocilgas e estábulos.



Casas dos caseiros da Herdade de Camões

Era aqui que o lavrador assumia a sua posição de comando. Mesmo tendo um feitor (que servia como uma espécie de encarregado geral), a presença do *Patrão* era uma constante e nenhuma actividade se desenrolava sem a sua ordem e posterior verificação nas suas saídas diárias a cavalo ou de *charrete* pelas propriedades. A referida localização do monte num sítio alto respondia não apenas a uma necessidade estética, mas também possibilitava um maior controlo sobre os trabalhos agrícolas e a evolução das culturas.

Para estudar o modo de vida destas elites rurais, as fontes são muito reduzidas: enquanto vários autores até agora têm procurado definir os seus comportamentos económicos, políticos, etc., no que diz respeito aos seus hábitos diários e mentalidades, muito ainda está por fazer. Alguns inventários por morte forneceram-me elementos importantes sobre os bens de uso diário destes lavradores, dos quais saliento o de Manuel Joaquim da Costa Braga, cujo mobiliário e objectos descritos como pertencentes à casa do monte apresentam as mesmas características de conforto e luxo dos da casa da vila. Enquanto estas fontes nos apresentam objectos, as fontes orais permitem-nos conhecer vivências, constituindo uma fonte riquíssima, ainda que pertencentes a uma espécie em vias de extinção. Em Avis, entrevistei uma neta de dois dos mais significativos lavradores de Avis no final do séc. XIX, José Valentim Varela Sénior e José Lopes Coelho Sénior. Esta senhora forneceu-me informações preciosas sobre as famílias de Avis e morreu poucos meses depois (já tinha mais de 90 anos), perdendo-se para sempre muitas das pequenas histórias locais. A partir desta entrevista foi possível reconstruir uma parte significativa das vivências destas famílias, não esquecendo naturalmente a subjectividade da fonte. Desde o

início deste trabalho que ficou claro que certos lavradores gozavam de um maior apreço que os outros entre a população em geral e mesmo entre os respectivos descendentes.

A referida senhora D. Alzira Varela manifestou imediatamente a sua preferência pela parte Varela da sua família, pois os Lopes, "como a maioria dos ricos de Avis, só pensavam em *aforralhar o dinheiro nos cofres*". O seu avô Varela, pelo contrário, foi qualificado como uma pessoa generosa, justa para os empregados e "muito culta apesar de ter estudado apenas a Instrução Primária", cuja cabeça era uma "universidade dos preceitos da agricultura"! Tinha um irmão Bacharel em Direito, mas dizia que "a cultura não era para os lavradores", pois a opinião corrente era que a lavoura necessitava apenas dos conhecimentos práticos aprendidos com os pais. Aliás, essa parecia ser a regra nesta geração dos filhos de lavradores de Avis que nasceram em meados do século XIX e se dedicaram exclusivamente à lavoura. O seu primo, vizinho e grande companheiro de bebedeiras José Varela Telles, por exemplo, nem sabia escrever, apesar de ter tido em casa mestres para ensinar os filhos.

Enquanto o lavrador saía todos os dias *para o campo*, a cavalo ou de *charrete*, por vezes acompanhado dos filhos quando estes não estavam a estudar,



Fotografia exposta em casa da Família Carvalho no Monte Padrão

a mulher e as filhas ficavam no monte, onde comandavam e participavam em todas as actividades não só domésticas, mas também as relacionadas com a transformação dos produtos da lavoura: dos relatos sobre as senhoras desta primeira geração salienta-se uma participação activa nos vários trabalhos sazonalmente efectuados, desde a matança do porco e respectivo tratamento, salga, confecção de enchidos, etc., ao fabrico dos queijos e à distribuição das rações e comedorias aos empregados. A vida das lavradoras nunca tinha

momentos ociosos: mesmo tendo sempre criadas e as mulheres do pessoal da lavoura para os trabalhos mais pesados, estas senhoras estavam sempre ocupadas com os filhos (algumas tiveram mais de 10); com a cozinha, onde se esmeravam na confecção diária não só das refeições da família como de doces e bolos; com as roupas e os enxovais das filhas, por elas bordadas e costuradas e ainda participavam regularmente nos trabalhos da apanha da azeitona.

Com todas estas actividades, tanto a mulher de José Valentim Varela como a de José Varela Teles morreram cedo "de infecções", muito naturalmente relacionadas com as múltiplas gravidezes, enquanto nas gerações seguintes o número de viúvas nestas famílias aumentou consideravelmente.

Os filhos participavam em todas estas actividades desde cedo, residindo nos montes com os pais até que algum escolhesse avançar nos estudos e fosse estudar para fora. Entretanto competia às meninas aprender as tarefas domésticas com as mães ou com alguma empregada mais antiga.

Os montes eram unidades praticamente auto-suficientes: a lavoura fornecia toda a alimentação diária, incluindo frutas e legumes das hortas habitualmente localizadas perto da casa principal; nos montes as infra-estruturas fundamentais incluíam os poços ou as nascentes com noras que alimentavam fontes e cisternas para o ano inteiro; na Quinta do Pinheiro, por exemplo, José Valentim Varela construiu em 1901 uma fonte bastante decorativa e na Herdade da Marrã, de Joaquim Telles Varela, é conhecida a Fonte de S. João.



Fonte da Quinta do Pinheiro

Também os combustíveis provinham da lavoura: a lenha e o carvão para o aquecimento e cozinha e o azeite para a iluminação.

Assim, as saídas dos limites das herdades ocorriam apenas em ocasiões muito específicas: a ida à missa, às feiras no concelho e em concelhos vizinhos e algumas viagens muito raras. Alguns montes tinham capelas, mas eram poucos e a sua utilização resumia-se a local de oração familiar, pois as vezes que um padre lá se deslocava para officiar a missa limitavam-se a ocasiões muito excepcionais, como baptizados, casamentos ou funerais. O mais frequente era o passeio semanal à vila mais próxima, onde a família tinha casa de pousada, para participar na missa dominical e estabelecer importantes contactos sociais, políticos e comerciais: é famosa a descrição da chegada a Avis, todos os domingos de manhã, de José Varela Teles do Monte Outeiro de Baixo, numa *charrete* toda lustrosa, onde se instalavam a sua mulher e os filhos mais pequenos, enquanto os mais velhos, pelo menos 6 ou 7, seguiam atrás a cavalo.

Para o período estudado foi impossível determinar o número de empregados fixos e sazonais de cada lavoura, pois como já foi referido, os arquivos familiares não estavam suficientemente acessíveis para tal. Apenas no caso da lavoura da família Teles de Carvalho existem livros de pessoal desde os finais dos anos 30, os quais analisarei para um trabalho posterior.

4.2 - Vivência Urbana

No capítulo 3 já enunciei algumas razões para a mudança dos montes para as vilas e mesmo para a saída do concelho de alguns filhos de lavradores. Mesmo as famílias que permaneceram nos montes depois de 1900 reforçaram os laços com algum aglomerado urbano próximo, como foi o caso da família Carvalho em relação à vila de Fronteira devido aos estudos dos filhos, ou com a capital, onde passaram a ter segundas residências, como os Cunha e Sá.

Neste ponto dedico-me exclusivamente ao estilo de vida desenvolvido pelas famílias que se mudaram ou já viviam nas vilas de Avis ou do Ervedal, a maior parte com laços que já vinham dos finais do século XVIII. Não se verificaram mudanças para as aldeias, pois estas ainda no início do séc. XX não passavam praticamente de um conjunto de montes com uma vivência muito mais rural que urbana, como era o caso de Benavila, que não passava das casas da família Abreu Calado e de um pequeno conjunto de ruas de habitação popular, onde moravam os empregados das propriedades destes lavradores, donos de praticamente todas as terras que rodeavam a povoação.

A mudança dos lavradores para as vilas ocorreu progressivamente a partir dos últimos anos do século XIX, ao mesmo tempo que se assiste à construção ou à reconstrução de grandes casas sobretudo em Avis. Incluiu tanto os filhos de lavradores que se dedicaram a profissões liberais e exerceram cargos políticos, como os que se dedicaram à lavoura em exclusividade. Para estes a mudança de estilo de vida não foi tão grande como para as

respectivas mulheres. Enquanto os lavradores continuaram a sair diariamente para as suas propriedades, as senhoras passaram a ter actividades mais "urbanas", delegando as antigas funções de lavradoras para as caseiras e outros empregados que ficaram nos montes. Para estas senhoras, a ida ao monte passou a realizar-se apenas como passeio ou actividade de excepção, como férias ou festas.

Assiste-se sobretudo a um emburguesamento deste grupo, isto é, à adopção de comportamentos que obedeciam aos modelos mais urbanos descritos nos manuais de etiqueta da época e imitavam as *modas* das cidades de referência, sobretudo Évora, Coimbra e Lisboa, as quais por sua vez imitavam Paris. Assim, há todo um conjunto de rituais diários e de sociabilidade que começaram a ser praticados por estas famílias, sobretudo entre os membros que tiveram algum contacto com essas cidades nos anos que passaram fora a estudar⁽⁵⁾.

A relação das elites com o campo continuou forte no sentido em que a terra era a maior fonte de rendimento e a base da actividade económica do concelho. Mesmo quando os grandes proprietários desempenhavam outra actividade paralela, nunca deixaram de se interessar directamente pela lavoura ou pelo menos tinham um parente próximo a trabalhar na administração das terras: caso do bacharel Cosme dos Campos Callado, cujo irmão José Godinho d'Abreu era o lavrador da família, enquanto ele se dedicou à política.

4.2.1 - Dimensão, localização e mobiliário das casas de habitação

A vila de Avis teve um crescimento considerável a partir do final do século XIX. Originalmente, as casas eram de dimensões reduzidas, sendo o palácio do Prior-Mor o maior edifício a seguir ao convento e às igrejas. A vila não ultrapassava as respectivas muralhas a não ser nos arrabaldes e grande parte ainda era ocupada por quintais e outras dependências das habitações. A mudança destas elites originou grandes transformações no aspecto exterior das casas e na sua localização. Não só algumas pequenas casas de pousada foram ampliadas e transformadas em residências de 2 e 3 andares (*moradas de casas com altos e baixos*), como muitas casas novas foram construídas de raiz, em ruas e largos abertos para instalar as novas elites urbanas. Como exemplo podemos ver no anexo 22 o Largo Sérgio de Castro, no qual se construíram as novas casas de quase todos os irmãos Varela e Lopes. Na antiga Rua do Convento, rebaptizada como Rua Dr. Manuel de Arriaga, várias novas casas foram construídas sobre outras mais antigas pelas mesmas famílias Lopes e Varela e pelo farmacêutico Joaquim de Figueiredo.



Legenda: A Rua Dr. Manuel d'Arriaga em Avis (vulgo Rua do Convento), com as casas de algumas das principais famílias da elite. Salientam-se os aguadeiros com os respectivos burros carregados de vasilhas para o abastecimento de água ao domicílio. Fonte: Arquivo de Cecília de Figueiredo.

O *Guia Artístico de Avis* descreve Benavila como tendo "Várias casas de dois pisos, na sua maioria com cunhais decorados com capitéis em alvenaria, à maneira dos finais do século XVIII, explorando o contraste cromático e da relação luz/sombra, devido ao relevo das peças. Algumas destas casas conservam janelas de arco abatido, denunciando uma

fundação talvez ainda seiscentista, e terão pertencido a dignatários da Ordem de Avis ou à pequena nobreza local, transitando em seguida para as mãos de abastados terratenentes e, sucessivamente, para outros proprietários menos abastados. São comuns as janelas de sacada no piso nobre⁽⁶⁾. Esta descrição aplica-se igualmente às casas das elites das restantes vilas do concelho.

As casas mais pequenas, localizadas em ruas mais estreitas e menos centrais (situadas também nos arrabaldes) eram usadas sobretudo para residência dos pequenos proprietários, dos artistas e dos trabalhadores rurais. Estas casas de habitação popular tradicionais que abundam em Avis e nas restantes vilas e aldeias do concelho foram descritas pela mesma fonte do seguinte modo: "Geralmente de um só piso, só com uma janela na fachada e outra na porta – ou só mesmo a da porta – derivam da tradição medieval e são constituídas por uma repartição de espaços frente/traseira, com uma divisão de entrada que é cozinha e sala, seguida da (ou das) alcova(s) e/ou outra divisão utilitária, muitas vezes, sem iluminação própria; sob o telhado fica o forro, de madeira, onde se guardavam os produtos agrícolas. O grande destaque exterior vai para as grandes chaminés - fogão e lareira, onde literalmente se vive dentro, no rigoroso Inverno alentejano - muitas vezes avançadas e de grandes dimensões, com remate de excelente efeito plástico"⁽⁷⁾.

Esta distinção espacial na localização e dimensão das casas constituiu um factor muito forte de identificação e separação das elites em relação aos restantes componentes da sociedade local. As casas das elites terratenentes, no entanto, não se distinguiam nem em dimensão nem em localização das casas de alguns membros da elite atrás descrita como "mais urbana": a já referida casa do farmacêutico Joaquim de Figueiredo, herdada pela sua filha Cecília de Figueiredo que casou com um membro do grupo dos funcionários administrativos, além de estar localizada numa das ruas principais da vila, tem dimensões e dependências semelhantes às das residências dos maiores proprietários rurais.

Igualmente a casa do comerciante João Marques Serrão está localizada no largo central da vila, mas esta respondia a uma necessidade de localização relacionada com a sua actividade: a entrada principal da casa é por uma rua lateral, com acesso aos "altos", isto é a residência da família encontrava-se no primeiro andar, enquanto a loja aberta ao público se situava na parte "baixa" da casa, com portas para o largo.

Uma segunda fase de crescimento da vila, a partir sobretudo dos anos 20 deste século, consistiu no seu alargamento para fora das muralhas, na abertura de grandes ruas que descem a colina e na construção de novas casas, as quais começaram a obedecer a

diferentes conceitos estéticos: por exemplo a casa de Simão Teles Varela incluiu algumas características decorativas da arquitectura da Arte Nova.

Todas estas casas, com as suas inúmeras dependências, levaram para a vila uma certa continuação da vida nos montes: os quintais, pátios com poços, fontes e até pequenos pomares, celeiros, cavalariças, pombais, casa da lenha, casa da cal (as casas alentejanas era caiadas todos os anos), dependências dos criados, etc. Isto reproduzia uma parte da vida rural que não foi completamente abandonada.

A organização do espaço destas casas obedecia na maior parte dos casos a uma representação (não necessariamente intencional) da ascensão social do seu proprietário, manifestada na escadaria que imediatamente após a porta principal levava a família e seus convidados ao andar superior, enquanto o andar inferior ficava reservado ao pessoal doméstico (na parte das traseiras) ou a funções profissionais do chefe de família, como por exemplo o escritório (nos inventários há algumas, se bem que poucas, referência a cofres, livros e escrivaninhas) onde o lavrador tinha a sua contabilidade ou o médico tinha o seu consultório, ou o comerciante tinha a sua loja. No caso dos farmacêuticos, a respectiva farmácia era sempre separada da casa da família, pois continha produtos considerados perigosos.

O interior das residências estava claramente dividido em três espaços distintos⁽⁸⁾, cujas características principais vêm descritas em alguns dos inventários por morte mais pormenorizados (a nomeação dos espaços não obedece a qualquer tentativa de hierarquização, nem em relação à área ocupada por cada um deles, a qual varia bastante consoante os casos e as dimensões das famílias consideradas):

■ o espaço familiar, com o maior quarto da casa para os pais, geralmente com janela de sacada para a rua e as melhores mobílias, camas, guarda-roupas, cómodas das melhores madeiras, etc.; e vários quartos mais pequenos para os filhos, estes com camas de ferro ou madeiras menos nobres; incluía também pequenas salas-de-estar, onde a família tomava as refeições diárias e passava os serões. Estas divisões eram geralmente aquecidas com braseiras sob as mesas cobertas, as camilhas, junto às quais as senhoras costuravam e passavam a maior parte do tempo.



Quarto principal da casa Abreu Callado, conservado como em 1940.

Algumas pequenas dependências junto aos quartos foram já nos anos 20 ou 30 do séc. XX transformadas em casas-de-banho, pois até então a higiene realizava-se nos respectivos quartos, nos quais se encontrava sempre um lavatório, jarros com água, espelhos, bacias nas mesas de cabeceira, etc. Para complementar estas actividades existia sempre uma pequena casa no quintal...



Pode dizer-se que estes espaços da casa constituíam um universo feminino, recheados de rendas e bordados, crianças e comida, no qual a participação masculina era

muito reduzida. Por este motivo, e porque grande parte das actividades das senhoras incluía a confecção de bolos e doces, também se pode incluir no espaço familiar da residência alentejana, mesmo entre as famílias da elite, a cozinha. Esta divisão era muitas vezes a maior da casa, com uma lareira que ocupava uma parede inteira e na qual se reuniam as crianças e muitas vezes os adultos nos frios serões de Inverno, à volta do *lume de chão*, depois que as criadas se retiravam para os seus aposentos.



Lareira principal do Monte Padrão

■ o espaço dos serviços incluía várias dependências de habitação do pessoal doméstico, geralmente no andar inferior ou mesmo em anexos separados pelo quintal ou pátio exterior⁽⁹⁾. Incluía também alguns cômodos junto da cozinha, como as enormes dispensas onde se armazenavam os alimentos para todo o ano: arcas com farinha, bilhas com azeite, recipientes para a salga das diferentes partes dos porcos, etc. Vários destes utensílios vêm discriminados nos inventários. Dentro das casas a água para beber guardava-se em bilhas de barro sob os poiais das cozinhas, onde se mantinha fresca. As casas tinham também cisternas de pedra, nas quais se acumulava a água da chuva para outros usos. Até 1935 toda a iluminação era feita com candeeiros de petróleo e os alimentos eram conservadas naturalmente, sem recurso ao frio: carnes salgadas ou fumadas (nas chaminés), frutos em conservas com bastante açúcar, etc. A partir da instalação do gerador, a vida não mudou tanto assim, uma vez que este apenas acendia a luz ao sol-posto e a apagava à meia-noite. Algumas famílias chegaram a ter por esta época frigoríficos a petróleo. A electricidade propriamente dita só chegou em 1958 com a "barragem nova", mas já em

1954 o inventário de José Valentim Varela Júnior enumera além dum frigorífico, uma máquina de lavar louça!

■ o espaço de sociabilidade e contacto com o exterior. Para além do já referido escritório do chefe de família (que não era regra, existia apenas em casos pontuais), as residências das elites possuíam sempre, geralmente no andar superior, uma *sala-de-estar* e uma *sala-de-jantar*, na qual se recebiam as visitas e se desenvolviam as “actividades de natureza artística (...) nos serões toca-se piano, recita-se poesia, canta-se” ⁽¹⁰⁾ e se expunham os objectos mais valiosos do património familiar, originárias na maior parte dos casos do enxoval das senhoras: as louças, as pratas, os cristais, as mobílias com as melhores madeiras, discriminadas com grande pormenor nos inventários por morte, a máquina de costura, o piano e todos os objectos adquiridos, mas sobretudo herdados e que demonstravam a riqueza dos antepassados e a opulência que se pretendia disfarçar de outros modos. Com o mesmo objectivo, estas divisões tinham as paredes e os móveis cobertos de fotografias dos antepassados, em molduras mais ou menos decorativas⁽¹¹⁾. Não encontrei qualquer referência a quadros ou outras obras de arte nos inventários estudados: o acesso e o gosto por este tipo de peça era algo muito distante das elites rurais; no máximo as famílias de Avis decoravam as suas paredes com gravuras compradas em Lisboa ou com trabalhos de pintura ou bordados realizados pelas meninas da família, que assim exibiam os seus dotes. Enquanto nas salinhas mais aconchegadas imperava o universo feminino, nestas salas de maiores dimensões a figura masculina ocupava uma posição de maior destaque, sobretudo à mesa de refeições, na qual o pai de família ocupava sempre uma das cabeceiras e era o primeiro a ser servido pela esposa dedicada.





Fundação Abreu Callado: a casa-de-jantar e a sala-de-estar.

4.3 - Representação Social

No exterior das suas habitações, as elites também se distinguiam dos restantes grupos por várias manifestações de diferença. A começar pelos espaços públicos, nos quais os seus membros se distinguiam por uma frequência muito reduzida, sobretudo no que diz respeito às senhoras⁽¹²⁾. De facto, os membros da elite, sobretudo os lavradores mais abastados, não se deslocavam frequentemente a pé pela rua, ao contrário dos outros que não possuíam outro meio de locomoção. Enquanto jovens, ainda passeavam com os amigos, circulando sobretudo sob as janelas das casas das meninas que lhes interessavam; depois de adultos, não só frequentavam locais de sociabilidade perfeitamente separados, como andavam a cavalo ou em carros de tracção animal⁽¹³⁾ e todos os homens de condição social inferior tiravam o chapéu à sua passagem⁽¹⁴⁾. Aliás, essa era uma forma de afirmação social que alguns almejavam ardentemente, como foi o caso do já várias vezes mencionado Dr. Presado, médico com origens familiares na pequena propriedade, casado com uma das maiores herdeiras de Avis: quando passava por algum trabalhador que não lhe tirava o chapéu, ele próprio violentamente lho tirava com o chicote do cavalo.

4.3.1 - Formas de Tratamento

Na mesma ordem de ideias, os trabalhadores rurais raramente falavam ou olhavam directamente o *Patrão*, denominação utilizada correntemente para designar o lavrador: mantinham geralmente a cabeça baixa numa atitude reverencial. O único a quem se

permitia um maior diálogo era o feitor, o qual nunca esquecia porém a sua posição de empregado, mesmo com os filhos do patrão, sempre chamados “meninos” ou “patrõezinhos”.

Assim como o modo de tratamento utilizado pelas classes mais baixas em relação às elites representavam uma clara distinção social, também o modo como estas denominavam os trabalhadores rurais, e mesmo alguns artistas e comerciantes, os colocava imediatamente numa posição de inferioridade: a maioria não tinha direito ao seu nome próprio, nem sequer ao apelido. Eram tratados geralmente por alcunhas, muitas vezes até depreciativas. Não quer dizer que entre as elites não circulassem alcunhas familiares, na tradição alentejana de assim ironizar com alguns defeitos das pessoas ou com os nomes próprios. Porém, nunca um empregado se dirigiria ao patrão pela sua alcunha, enquanto no caso do trabalhador isto era quase regra: "A sociedade não os conhece – nem eles próprios se designam – pelos seus apelidos, mas sim por *alcunhas*, que, na maioria dos casos, são especificamente individuais (e constituem) a expressão de uma sanção social específica"⁽¹⁵⁾. As alcunhas das elites eram conhecidas do restante da população pela proximidade física no interior da própria casa com as restantes classes sociais. Não havia, no entanto, qualquer possibilidade de estas alcunhas serem usadas fora do círculo das elites, o que seria considerado um desrespeito.

A denominação mais corrente entre as famílias de Avis era (e continua teimosamente a ser) a de *Primo* ou *Compadre*. Como pudemos ver nas sociomatrizes do anexo 18, havia realmente relações de parentesco até muito próximas entre a maioria das famílias estudadas. Muitas, porém, datavam de 3 ou 4 gerações e por vezes nem se sabia a origem do parentesco. Curiosamente, no trabalho de reconstituição de famílias realizado para esta tese, e face à consulta das fontes referidas, consegui apurar alguns dos antepassados comuns às famílias Varela, desconhecidos dos seus múltiplos descendentes e afinal não tão próximos como se pensava. Quanto às famílias Godinho, Braga, Camões e Cunha e Sá, servi-me da obra do genealogista dessa família (Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos) e descobri que neste caso os entrelaçamentos matrimoniais são muito mais fortes do que se pensava, o que revela uma forte endogamia.

De qualquer modo a permanência desta denominação constituía um factor de identificação e de afirmação social: ter a possibilidade de chamar *primo* ou *compadre* a um grande proprietário ou a um médico criava uma proximidade e uma integração no grupo que algumas vezes já nem existia de facto, por algumas famílias terem descido no escalão social em consequência de partilhas, por exemplo.

Igualmente o “parentesco espiritual” criava laços indissolúveis entre famílias: os padrinhos de baptismo e de casamento tornavam-se responsáveis pelos afilhados⁽¹⁶⁾. Entre pessoas do mesmo nível social, a escolha dos padrinhos para os filhos incidia na maior parte das vezes sobre os parentes mais chegados, principalmente tios e tias solteiros, cujas probabilidades de deixar os bens aos afilhados eram grandes. O modo de tratamento usado por estes continuava a ser de *Tio* ou *Primo*. Também eram frequentes as escolhas de pessoas com quem se tinha afinidades políticas ou de amizade e nestes casos os afilhados chamavam-lhes *Madrinha* ou *Padrinho*. No entanto estas denominações tinham um uso muito mais frequente pelas pessoas de condição social inferior, geralmente os empregados da casa ou da lavoura que sempre que possível convidavam os *Patrões* para padrinhos de casamento (no caso das criadas que saíam de casa dos senhores para casar, depois de lá terem passado a infância e a adolescência) e depois para padrinhos dos filhos⁽¹⁷⁾. Todas as famílias da elite de Avis tinham um batalhão de afilhados, alguns criados como filhos e que chegaram mesmo à situação de herdeiros no caso de lavradores sem descendentes⁽¹⁸⁾.

4.3.2 - Caridade

A relação das elites com as classes mais desfavorecidas passava igualmente pela caridade, encarada como uma obrigação social, mas desempenhada com objectivos condicentes com a tradição religiosa que regia a mentalidade da época. José Cutileiro resume este tema do seguinte modo “A esmola constituía parte do sistema de relações sociais (...) tinha sobretudo um carácter local e privado: constituía um empréstimo a Deus e servia de reparação por pecados cometidos neste mundo; além disso, contribuía simultaneamente para afastar o perigo da agitação social. Era ainda um meio de assegurar prestígio social e *status*”⁽¹⁹⁾. No capítulo 2 já falei sobre a colocação de trabalhadores nas herdades em períodos de desemprego, forçada pelo Estado Novo através dos seus organismos corporativos locais, a qual não foi bem recebida pelos lavradores. Isto condiz perfeitamente com o tal “carácter local e privado” da esmola, a qual obrigava a sentimentos de gratidão por parte dos recipientes e deixava os benfeitores com algum crédito no outro mundo, enquanto que o pagamento de salários por imposição de outrem era visto antes como uma ingerência nas suas actividades económicas e profissionais.

A já referida descendente de José Valentim Varela (sénior), também fez questão de salientar a generosidade deste seu avô que “saía diariamente a cavalo para visitar as propriedades. Levava no bolso um saco de couro com as libras, geralmente dinheiro da venda de uns porcos na feira, e ia dando esmolas”, em contraste com o seu outro avô, José Lopes Coelho, considerado muito sovina⁽²⁰⁾. De qualquer modo esta actividade era vista como um atributo e uma função mais feminina; juntamente com a dedicação à família, o

cuidado com os *pobrezinhos* era “o papel mais nobre e mais sacrossanto que uma mulher pode desempenhar”⁽²¹⁾.

A caridade era algo em que as senhoras se esmeravam também como afirmação social; aliás, era uma das únicas actividades aceitáveis para uma senhora e das poucas que lhe permitiam sair de casa. Em Avis, as elites femininas eram de facto muito activas a este respeito, sobretudo a geração que casou nos anos 20 deste século: foram já educadas nas vilas, portanto estavam perfeitamente integradas na vivência urbana que já não as obrigava às funções de mulheres de lavradores. Praticamente todas as senhoras da elite de Avis participavam activamente em obras de caridade, lideradas pela D. Cecília de Figueiredo, a mais velha e mais activa do grupo, fundadora da Liga de Beneficência no final dos anos 20, em nome da qual se organizaram durante muitos anos as obras sociais do concelho. Estas incluíam a organização de festas, quermesses (onde se vendiam os bordados e outros trabalhos de lavoures femininos que ocupavam estas senhoras durante meses), peditórios e peças de teatro, nas quais elas próprias participavam como actrizes. Esta Liga não era uma obra religiosa; a própria fundadora estava desligada da Igreja Católica⁽²²⁾, mas respondeu a necessidades sociais urgentes, por sua própria iniciativa e em colaboração com a instituição tradicionalmente vocacionada para tal: a Misericórdia. Exactamente na época da sua fundação deixou de haver padres em todo o concelho de Avis (ver anexo 20), assumindo as senhoras da elite responsabilidades normalmente associadas às paróquias e à Igreja. Também este tipo de caridade não se incluía no carácter privado descrito por Cutileiro. Neste caso era mais um “meio de assegurar prestígio social e *status*” por parte do sector feminino das elites, o qual estava muito mais limitado nas suas possibilidades de manifestações da diferença. Assim, não só podiam realizar um tipo de trabalho que as mantinha ocupadas⁽²³⁾, como desenvolviam a sociabilidade possível para a sua condição.

4.3.3 - Homenagens públicas aos membros da elite

Ainda actualmente, por todo o concelho, mesmo depois de várias mudanças de regime e outras tantas revoluções (talvez por esquecimento das elites actuais), abundam as referências às personalidades que mais se destacaram no contexto social e político dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Como forma de agradecimento pelas suas boas obras, as autoridades promoveram vários tipos de homenagens públicas, cuja maior expressão se encontra nos nomes das ruas. Como se pode ver no anexo 22, praticamente todas as famílias da elite têm uma rua com o nome de um dos seus membros. É claro que as escolhas eram feitas pelos respectivos pares, por isso esta forma de homenagem pública era promovida dentro das próprias elites.

O mesmo se passava, por exemplo, com a atribuição do nome do Dr. Manuel Lopes Varela ao asilo da Santa Casa da Misericórdia, cuja direcção era composta pelas mesmas elites sociais, económicas e políticas, que assim promoviam a imagem de um dos seus membros mais destacados.

Tal como os membros da nobreza e do clero que deixavam bens em testamento às igrejas para que em seu nome fossem rezadas missas por vários anos, também as elites de Avis agiam de forma a perpetuar o seu *bom nome* para a posteridade. Não encontrei referência a casos de doações à igreja nos testamentos ou inventários por morte. Mas uma placa na Igreja Matriz de Avis refere a oferta do respectivo relógio para perpetuar o nome do filho dum lavrador falecido jovem.



A obra social dos irmãos Abreu Callado na freguesia de Benavila pode também ser enquadrada neste tipo de vontade de perpetuar a presença no espaço social e no imaginário local das elites depois da morte. Em 1943 constituíram um asilo em nome da mãe, D. Maria Magdalena Godinho d'Abreu. Uma vez que nenhum dos 4 irmãos casou ou teve filhos, todas as suas terras e bens foram deixados em testamento aos trabalhadores da sua casa agrícola sob a forma de uma Fundação⁽²⁴⁾. Como forma de agradecimento, após a sua morte o Estado concedeu-lhes comendas e a população da freguesia colocou bustos dos seus benfeitores nas ruas da vila.

4.3.4 - A cidade dos mortos

Os cemitérios são o espelho da cidade dos vivos⁽²⁵⁾ e como tal representam na morte o mesmo tipo de diferenças sociais que as elites manifestavam em vida. De facto, a maioria das famílias das elite do concelho de Avis destacam-se nos cemitérios das respectivas freguesias tanto pela localização das campas, como pela posse de jazigos mais ou menos ostensivos, consoante a mentalidade e relação com o dinheiro manifestada em vida (ver anexo 23). O comerciante João Marques Serrão, por exemplo, tem um dos jazigos maiores do cemitério de Avis, na “avenida” principal e ao lado dos das famílias mais importantes, espelho da sua afirmação social, enquanto o seu sogro, José Lopes Coelho, um dos lavradores mais ricos e presidente da câmara em 1887, tem uma campa rasa rodeada por uma corrente. Tal como os Lopes, também os Abreu Callado tinham fama de muito

“agarrados ao dinheiro”: estão enterrados no cemitério de Benavila, em campas altas localizadas na zona mais destacada, isto é, logo à entrada em frente da capela, mas não construíram jazigo.

Ao entrar nos vários cemitérios do concelho, mesmo o visitante menos ligado à realidade social local fica imediatamente a saber quais as famílias que dominavam o poder económico, pelo menos até meados deste século. Nos anos mais recentes parece não ter havido uma preocupação tão grande em construir jazigos e deixar marcas duma presença forte a nível local. Isto está relacionado com a saída de algumas famílias e a criação de laços mais fortes com centros urbanos exteriores ao concelho, cujos cemitérios passaram a utilizar. O facto de algumas famílias continuarem a deixar as suas marcas e a enterrar os seus mortos em Avis, mesmo residindo fora, acentua vínculos com as suas raízes familiares e permite-lhes ocupar o espaço local com a mesma representatividade que os seus antepassados ocupavam em vida.

4.3.5 - Religiosidade

Entre as elites de Avis os níveis de religiosidade eram como os do resto da população do concelho: muito baixos. Aliás, isto condiz com a região em que se integra: “A fraca implantação da Igreja na região sul despertou, desde cedo, a atenção da hierarquia (...) O peso da Igreja deverá «medir-se» pelas práticas efectivas dos seus crentes”⁽²⁶⁾. Ora estas eram desde os finais do século XIX muito reduzidas. A “irreligiosidade” aumentou consideravelmente depois da implantação da República, isto é: manifestou-se de forma muito mais acentuada. No período da Monarquia os párocos ainda eram pessoas influentes a nível local: “Muita da vida social local passa pela sua intervenção, nomeadamente em todos os aspectos fulcrais do ciclo da vida de cada um: nascimento (através do baptismo), o casamento, a morte”⁽²⁷⁾. No entanto, a religiosidade mede-se por outras coordenadas, como a prática dominical, a frequência da catequese e o grau de cultura religiosa. No concelho de Avis isto foi muito difícil de medir por falta de fontes, como os registos paroquiais; no entanto as fontes orais foram unânimes em afirmar o afastamento da igreja no início do século XX (se é que alguma vez tinham estado muito ligados às práticas religiosas), sobretudo dos homens, passando a religião a ser considerada “coisa de mulheres”⁽²⁸⁾.

Enquanto as famílias dos lavradores viviam nos montes e se deslocavam às vilas para participar na missa dominical, a igreja ainda servia como local de representação social e pretexto para reuniões políticas. A mudança de residência acarretou também a mudança dos hábitos de sociabilidade: os senhores passaram a reunir-se no clube e, mesmo que frequentassem as práticas religiosas em ocasiões especiais, como festas, faziam-no sempre

separados das respectivas mulheres. A diferenciação sexual passava pela religião de modo muito acentuado e ainda hoje é visível o facto das senhoras se instalarem nos bancos da frente, participando activamente nos actos litúrgicos, enquanto os poucos senhores que vão ficam atrás, muito perto da porta da igreja. Também nas procissões esta diferença se fazia sentir: a mais importante manifestação religiosa do concelho era (e continua a ser) a *Procissão do Senhor dos Passos*, realizada pelas ruas da vila de Avis no domingo antes da Páscoa. Esta era o cenário perfeito para a representação do lugar de cada grupo na sociedade local: cada lugar ocupado correspondia à respectiva posição social e também aqui existia uma clara distinção sexual, com as senhoras nos lugares de maior destaque logo atrás do padre e os senhores na cauda da procissão. Verificou-se, assim, sobretudo a partir da República, uma acentuada feminização da religião. Por uma questão de idade ou por motivos de doença, algumas senhoras assistiam à procissão da janela de casa, onde expunham as melhores colchas do enxoval, e assim coloriam a vila com os seus bordados e rendas.

Quanto aos referidos rituais de passagem realizados na igreja, nos quais o padre tinha uma intervenção forte, por uma questão de tradição e de imposição feminina na maioria das famílias, as crianças continuaram a ser baptizadas e grande parte dos casamentos continuaram a ser católicos. Aliás, isto fazia parte da apresentação formal da criança e do novo casal à sociedade e servia como representação social. As famílias com capelas nos respectivos montes faziam questão de encenar uma festa condicente com o seu estatuto social, como foi o caso do lavrador José Pais Teles que no início do século XIX baptizou alguns dos seus 22 filhos na sua Quinta de Sant'Ana. Era nos funerais que os menos religiosos se manifestavam: vários membros da elite de Avis foram enterrados com funerais não religiosos, alguns até com a presença de padres seus amigos que acompanharam o cortejo na cauda⁽²⁹⁾.

O afastamento da Igreja esteve também directamente relacionado com motivos políticos: por exemplo, grande parte das famílias Lopes e Varela mantiveram-se monárquicos e com uma religiosidade forte, enquanto as famílias Pais e Cunha e Sá eram republicanas (ver no anexo 1 membros destas famílias nomeados para a primeira câmara republicana) e viveram sempre mais afastadas da Igreja.

A ajudar a esta situação, podemos ver no anexo 20 que durante muitos anos, sobretudo desde a morte do Cónego José Ricardo Freire d'Andrade em 1918, não houve pároco em Avis, nem nas restantes freguesias: eram padres de fora que lá se deslocavam para officiar a missa dominical e outras cerimónias. Assim, esta figura perdeu a sua importância social e política local que até então tinha sido considerável.

4.3.6 - Vestuário a aspecto exterior

Em todas as formas de representação social atrás referidas, a aparência exterior das personagens em causa era fundamental. O modo como as elites se apresentavam em público e mesmo na intimidade constituía um “capital simbólico *objectivado*”⁽³⁰⁾ que marcava claramente o seu lugar na sociedade e as distinguia dos restantes grupos com uma certeza comparável aos tempos em que ainda existiam leis que regulavam o vestuário das diferentes classes sociais. Nos finais do século XIX e grande parte do século XX, exceptuando algumas profissões (ou estado, no caso dos eclesiásticos que usaram batina ou as freiras o hábito em alguns casos até aos nossos dias), já não se encontra legislação sobre o vestuário que cada indivíduo tinha o direito de usar. Mas o poder económico e o ambiente sócio-cultural pesavam fortemente sobre o tipo de roupa e acessório que cada grupo exibia.

Entre as elites de Avis, a escolha do vestuário estava ligada sobretudo à profissão e às origens dos protagonistas: enquanto as senhoras se esforçavam por seguir a moda, de preferência importada das capitais europeias (principalmente as que residiam nos centros urbanos),



D. Rosa d'Abreu Godinho Lopes Aleixo, c. 1850.

os senhores usavam roupas que os distinguiam uns dos outros consoante a actividade exercida. Os médicos e bacharéis, comerciantes e farmacêuticos exibiam um

vestuário que seguia, melhor ou pior, as tendências do vestuário urbano masculino, com a respectiva sobriedade então desejada⁽³¹⁾.

Enquanto isso, os seus parentes lavradores vestiam-se de forma muito rústica: não só as idas diárias ao campo os obrigava a um vestuário muito mais funcional, que incluía o necessário aquecimento para os Invernos frios e chuvosos e nada melhor que o capote ou a samarra, os safões, as botas, etc., como no verão usavam a jaqueta, o chapéu e vários outros acessórios tradicionais dos lavradores alentejanos. Esta escolha não estava apenas ligada a necessidades práticas: correspondia a uma afirmação do seu estatuto social, do seu lugar de *patrão da lavoura*, uma forma de ser facilmente reconhecido e identificado por todos os trabalhadores rurais e outros grupos sociais. Alguns lavradores de Avis vestiram-se assim ainda durante grande parte do século XX, o que também era revelador das suas tendências políticas conservadoras e da sua mentalidade tradicionalista. Chegaram até a vestir-se deste modo nas viagens à capital, o que não deixava de criar situações caricatas.



Alguns membros das elites urbanas c. 1880.

É claro que no dia de “tirar o retrato”, o lavrador se apresentava com as melhores roupas:



Manuel de Carvalho, c. 1890

O vestuário era uma clara distinção social, cuja maior evidência se revelava no facto de grande parte das crianças que frequentavam a escola primária de Avis ainda em 1941 andarem descalças o ano inteiro, incluindo no Inverno, enquanto que naturalmente os filhos da elite tinham botas e sapatos (isto foi salientado por diversas fontes orais).



A turma da D. Clara Namorado em 1937: até na 1ª fila da fotografia aparece uma criança descalça.

Também o grau de exposição ao sol acentuava a diferença social: até meados do século XX as senhoras protegiam o mais possível a pele do sol, utilizando chapéus e sombrinhas, luvas e espessas camadas de pó-de-arroz. Enquanto isso, as mulheres que trabalhavam no campo durante todo o verão, apresentavam a pele da cara e das mãos bastante crestada do sol, com altos níveis de envelhecimento precoce⁽³²⁾.

Nas ocasiões especiais, cerimónias religiosas, feiras ou festas, as elites esmeravam-se no vestuário e respectivos adornos, desde jóias a chapéus, xailes, lenços, plumas e peles. O sector feminino competia com os vestidos mais vistosos, os tecidos mais caros, os bordados mais elaborados. Enquanto para as roupas do dia-a-dia usavam os serviços das costureiras, chapeleiras e alfaiatas (para fazer os casacos) locais, assim como os senhores usavam os serviços dos alfaiates, os vestidos de cerimónia das senhoras das famílias mais ricas eram feitos por modistas de Lisboa, Porto ou Évora. Estas modistas tinham sempre revistas (os chamados *figurinos*) com as últimas modas de Paris, e nos seus *ateliers* conservavam bustos de cada uma das suas clientes, evitando assim a repetição das provas. Praticamente toda a roupa interior era feita pelas próprias senhoras ou pelas costureiras locais. Os enxovais das meninas incluíam roupas não só para vestir, como todas as roupas de casa. A sua confecção e decoração, com bordados, pintura e rendas, ocupava grande parte da sua infância e adolescência. Tinha depois a obrigação de durar o resto da vida e ainda as peças mais significativas eram transmitidas às filhas. Quanto maior e mais rico era este património, mais alta a posição da menina na hierarquia económica e social local.

Por mais rica que fosse a menina, depois do casamento só muito raramente comprava adornos novos: geralmente as senhoras de Avis tinham as jóias que herdavam ou lhes tinham sido oferecidas pelos pais, pois os maridos/lavradores consideravam todos esses gastos supérfluos e não lhes permitiam tais extravagâncias.

4.4 - Educação e Instrução

A possibilidade de acesso à instrução nos meios rurais esteve desde sempre ligada à viabilidade económica de, primeiro dispensar os filhos do trabalho, depois de os enviar para as escolas que eram escassas e geralmente afastadas dos locais de residência. Este fenómeno era geral por todo o país e, mesmo com os esforços dos sucessivos regimes para expandir o sistema do ensino primário, sobretudo a partir da República e com algum impulso nos primeiros anos do Estado Novo, só nos anos 80 deste século é que se assistiu à implantação de escolas de ensino preparatório e secundário por quase todo o país, chegando-se actualmente ao cúmulo de haver escolas com meia dúzia de alunos e outras que fecham por falta deles.

Nos finais do século XIX, o concelho de Avis só tinha escolas nas vilas principais e durante alguns anos nem houve professor em Avis, como podemos ver no anexo 20. Considerando que a maioria da população vivia em espaço rural, as possibilidades que as crianças tinham de frequentar a escola eram muito limitadas. Esta situação afectava também as elites residentes nos montes, as quais, como já referi no capítulo anterior, contratavam professores para ensinarem os filhos em casa, mesmo nos casos em que os próprios lavradores nem sabiam ler ou escrever. Para prosseguirem os estudos, tinham de ir frequentar os liceus de Portalegre, Évora ou Lisboa, não sendo muito comum irem para colégios internos, antes para residências de estudantes⁽³³⁾, enquanto os pais ficavam nos montes ou vilas. A família Carvalho, por exemplo, arrendou uma casa em Coimbra para os filhos poderem estudar, enviando para lá uma tia solteira que tomava conta dos vários sobrinhos. Já nos anos 50 deste século algumas famílias inteiras se mudaram para Lisboa com essa intenção⁽³⁴⁾. De qualquer modo isto constituía um considerável investimento que de facto só as elites podiam pagar, o que conferia à educação um “cariz classicizante e pouco utilitário”⁽³⁵⁾.

Esta visão da instrução provocava alguma ambiguidade de sentimentos entre as elites de Avis. Quase todas as famílias em estudo tiveram membros que tiraram cursos superiores. Fontes orais relataram-me os comentários dos lavradores de Avis sobre o facto dos filhos pretenderem avançar com os estudos: “vamos ter um doutor na família!” e isto era motivo de grande orgulho e afirmação duma posição social de relevo. Por outro lado, incentivavam a participação dos mesmos nos trabalhos da lavoura, para a qual se considerava não serem necessários estudos, apenas muito trabalho e seguir os exemplos dos pais. Em todos os casos houve sempre um filho que nunca estudou e se dedicou por completo à lavoura, para grande satisfação dos pais que assim viam garantida a continuidade da família nas propriedades, enquanto os que saíam de casa corriam sempre o risco de não regressar. Além disso, o sentimento comum entre alguns dos lavradores mais apegados às tradições e à ruralidade era que só iam estudar para fora os que revelavam muito pouca aptidão para a lavoura⁽³⁶⁾.

Nas primeiras gerações estudadas, as trajectórias universitárias dos filhos dos lavradores de Avis tiveram de facto um carácter *pouco utilitário*, pois praticamente todos voltaram às freguesias de origem, nas quais poucos exerceram (ou exerceram com pouco empenho, pois tinham sempre os recursos da lavoura para se sustentarem) o seu novo estatuto profissional, como já referi os casos do farmacêutico Joaquim Mendes Lopes Coelho e do bacharel Cosme dos Campos Callado. Este último tinha o irmão a administrar

as propriedades da família, ocupando-se ele da parte financeira e principalmente dedicando-se à política.

Entretanto, os mestres em casa, os estudos fora, os cursos universitários, tudo isto era um exclusivo dos meninos. Sobretudo na vida dos montes, se alguma menina tinha acesso à aprendizagem da leitura e da escrita era porque acompanhava os irmãos nas lições com o professor (nos finais do século XIX encontrei algumas senhoras que sabiam ler e escrever, mas também vi casos que não sabiam assinar o nome). A mudança das famílias dos lavradores para as vilas e cidades veio alterar um pouco esta situação: as filhas das melhores famílias passaram a frequentar a escola pública, onde algumas *conseguiram tirar a 4ª classe!* Ao mesmo tempo continuavam a ter mestras em casa, para lhes ensinar piano, francês, lavoures (como já foi referido no capítulo 3) e todos os atributos femininos que passaram a ser considerados indispensáveis no novo estilo de vida burguês adoptado.

Tal como para os seus irmãos, também as meninas teriam de sair de casa e da vila de residência se desejassem prosseguir os seus estudos. Isto era absolutamente inaceitável, por maior confiança que se tivesse na instituição que as recebia. Além disso, seria um esforço vão... Para quê um tal investimento? De qualquer modo nunca precisariam de trabalhar...

Duas famílias apenas mandaram as suas filhas na segunda década deste século para o liceu de Portalegre, a fim de prosseguirem estudos secundários, devidamente alojadas na casa dum padre cujas irmãs se responsabilizavam pela saúde e pela moral das meninas a seu cargo: a família Risques, descendentes dum farmacêutico e nessa época com vários funcionários públicos, e uma senhora da família Varela que tinha casado com um pequeno proprietário. Em ambos os casos se verificou o interesse em que as filhas tivessem uma profissão que lhes permitisse sustentarem-se, uma vez que não possuíam rendimentos da lavoura suficientes para se manterem ao nível das elites às quais os seus antepassados tinham pertencido. Também uma senhora da família Pais, da mesma idade das anteriores, tirou o curso de professora primária.



As meninas de Avis no Lar Residencial do Cónego Cardoso e irmã em Portalegre, c. 1818.

Aliás, este era uma das únicas profissões aceitáveis para uma menina naquela época; como alternativa, um curso técnico que lhe permitisse exercer uma profissão respeitável, como funcionária dos correios ou da administração pública e pouco mais. Esta possibilidade estava vedada a todas as outras classes sociais. Dentro do sector feminino das elites rurais, à luz da mentalidade actual, pode dizer-se que o grupo menos favorecido economicamente era o mais privilegiado no acesso à cultura e à instrução⁽³⁷⁾.

A geração seguinte, já em meados do século, manteve a mesma atitude em relação às senhoras. Entre as famílias de Avis, apenas uma menina tirou um curso superior, enquanto todas as outras não passaram do ensino primário. No sector masculino verificaram-se algumas mudanças significativas: os cursos perderam o carácter *pouco utilitário* quando os filhos dos lavradores começaram a interessar-se por cursos técnicos ligados à agricultura e pecuária, como o curso de Veterinária ou de Regentes Agrícolas, tirado por vários membros das famílias da elite de Avis a partir dos anos 40 – 50.

4.5 - Comportamentos sexualmente diferenciados

A partir do que foi demonstrado até aqui, é possível afirmar que os factores de diferenciação social entre as elites e os restantes grupos eram tão significativos como as diferenças de carácter sexual que regiam todos os comportamentos e atitudes públicas e privadas dentro do próprio grupo das elites. E este ponto também distingue este grupo do resto da população: as diferenças de comportamento das identidades sexuais eram muito mais acentuadas nas elites que nos restantes grupos. Por exemplo, entre os trabalhadores rurais (e alguns artesãos e até comerciantes), as mulheres trabalhavam quase tanto como os homens, contribuindo para o orçamento doméstico por vezes mais até que os maridos em

épocas de desemprego, pois podiam mais facilmente fazer serviços domésticos temporários. Isto permitia às trabalhadoras, se bem que nunca completamente, um maior controlo sobre o próprio rendimento, ao qual a maioria das senhoras estava vedada, pois, como já referi no capítulo anterior, o património familiar das elites era indiscutivelmente administrado pelos maridos, mesmo que o da senhora fosse maior⁽³⁸⁾.

Também no que diz respeito aos direitos perante o estado: se às mulheres estava vedado o direito ao voto e à elegibilidade, também uma parte dos homens das classes mais baixas não tinha rendimentos ou não sabia ler e escrever, o que os incapacitou para votar até bastante tarde já neste século (ver anexo 9). A partir do Estado Novo, quando se verificou uma “extensão parcial do voto aos analfabetos e às mulheres”, mesmo assim as senhoras da elite continuaram em desvantagem em relação a muitas “domésticas”, “estalajadeiras”, “comerciantes”, “professoras” e “Chefes da Estação dos Correios” (as profissões referidas nos livros do recenseamento eleitoral desses anos), que tinham direito a voto por terem o curso especial do ensino secundário ou um curso superior. Entre as eleitoras encontradas, nem uma pertencia às famílias da elite fundiária.

Também no aspecto da condução de veículos a discriminação sexual era visível: nunca uma senhora conduziria uma charrete para se deslocar da vila para outro lugar; também nenhuma tirou a carta de condução de automóveis ou motos até pelo menos aos anos 50. Quando nos anos 40 uma menina das melhores famílias de Avis começou a andar de bicicleta com o irmão e de moto com o pai, foi um escândalo local...

Assim se pode ver que vários factores colocavam as senhoras das elites, sobretudo das elites fundiárias e económicas (pois as das elites mais “urbanas” e dos serviços tinham na maior parte dos casos acesso a outras vantagens como a instrução), numa posição de maior inferioridade em relação aos homens que as dos outros grupos.

Depois de ter referido as diferenças entre os sexos no grupo das elites no ponto de vista económico, profissional, educacional e no que diz respeito aos direitos perante o estado, neste ponto pretendo analisar as diferenças manifestadas no âmbito da sociabilidade e às atitudes perante a família e o lazer.

Já aflorei neste capítulo a separação dos espaços no interior das casas. Mas não só na intimidade familiar as funções dos sexos estavam perfeitamente discriminadas; era sobretudo em público que os homens e as mulheres tinham lugares determinados e espaços reservados, dos quais a possibilidade de afastamento constituía uma excepção nunca completamente aceite pela sociedade.

Como nota de pormenor, deixo aqui um apontamento sobre a mortalidade: também nisto há e sempre houve grande distinção sexual e com causas muito específicas. Já referi o facto de algumas esposas de lavradores morrerem cedo em resultado de várias gravidezes e partos; em alguns casos os viúvos voltavam a casar, tinham mais filhos e acabavam por deixar viúvas consideravelmente mais jovens que eles. No entanto, a globalidade dos dados recolhidos nos inventários por morte acentuam uma maior quantidade de viúvas em relação aos viúvos, independentemente da época em causa. Assim, as elites estavam em consonância com a média geral da população do concelho⁽³⁹⁾.

4.5.1 - As Senhoras e a casa

Tenho sempre falado em Senhoras quando me refiro aos elementos femininos das elites; também Cutileiro salienta este facto na sua obra: "As esposas ricas não são *mulheres*, mas sim *senhoras*"⁽⁴⁰⁾. Se todos os elementos de distinção social não bastassem, esta designação colocava imediatamente uma barreira entre os grupos. O mesmo acontecia com as formas de tratamento: enquanto as senhoras da elite eram tratadas por *Senhora Dona Fulana*, todas as mulheres casadas eram apenas *Senhora Fulana*. No entanto, a proximidade física e emocional era por vezes grande, principalmente entre as senhoras e as suas criadas, como já se viu na questão dos padrinhos e afilhados⁽⁴¹⁾. Além de uma ou duas criadas internas, as casas das elites de Avis tinham sempre várias criadas externas, como a lavadeira, a cozinheira, uma mais nova "para os recados", que incluíam ir às compras, e que podia também chamar-se a "criada de fora", etc. Geralmente ainda havia um criado para serviços vários, como tratar dos animais e dos carros, e outros que trabalhavam sazonalmente, como por exemplo na altura das caiaças.

Uma vez que raramente uma senhora saía à rua, as criadas desempenhavam uma função muito importante de ligação com o mundo exterior⁽⁴²⁾. De facto, nas vilas a frequência dos espaços públicos estava limitada a ocasiões muito específicas, como a ida à missa ou a festas e feiras, às quais se deslocavam sempre acompanhadas e devidamente cobertas com casaco (mesmo no verão), chapéu, luvas e vários outros acessórios indispensáveis. A sociabilidade restringia-se geralmente à família mais próxima e a mais duas ou três famílias dum círculo muito restrito, resultante aliás do facto do número das famílias da elite ser também muito reduzido.

O *santo reduto do lar* ocupava às senhoras a maior parte do seu tempo⁽⁴³⁾. O pouco que sobrava era passado em visitas⁽⁴⁴⁾. Tal como vimos, a caridade servia também de pretexto para a sociabilidade das senhoras de Avis.

4.5.2 - Os Senhores e o clube

Enquanto as senhoras ficavam em casa, os senhores saíam diariamente para as suas actividades profissionais e políticas. Isto não significava, porém, que andassem pela rua misturados com as outras classes: a segregação social era visível nos espaços públicos e nunca um membro da elite frequentava um café ou taberna “misturado” com as outras classes.

Como já vimos, as elites participavam activamente em todos os órgãos do poder local, nos quais encontramos sempre pelo menos um membro de cada família (ver anexos 1, 3, 15 e 16); tal como as senhoras com a caridade, também os homens frequentavam reuniões políticas preocupados não apenas com as questões do poder, mas também como locais de sociabilidade.

Os locais da sociabilidade formal eram exclusivamente masculinos e vêm resumidos no anexo 24: como podemos ver logo em 1901, as três *sociedades de recreio* referidas tinham como presidentes membros das elites fundiárias e políticas; aliás, em quase todos os organismos locais descritos nos anexos os nomes dos presidentes são sempre os mesmos... A *Philharmonica* referida revela o interesse das elites desta época pelas actividades musicais, estimuladas pelo seu presidente, um médico, e com a participação activa de vários membros da família Pais, alguns dos quais com o Curso do Conservatório de Lisboa.

Pelo secretismo próprio da organização, não encontrei nas fontes qualquer referência a alguma loja maçónica. Contudo várias fontes secundárias e algumas orais permitiram-me suspeitar que os membros das elites mais “urbanas” dos finais do século XIX pertenciam a esta associação. Os senhores em questão tinham fortes ligações ao Partido Republicano e os seus representantes mais significativos foram nomeados em 1910 para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal que substituiu a câmara eleita anteriormente. Eram sobretudo pessoas com maiores ligações à capital e a outros centros urbanos, trabalhavam nos serviços e sempre se mantiveram afastados da religião oficial (exemplo da família Pais). As elites fundiárias eram mais conservadoras, monárquicas e católicas, e não participavam nesta organização⁽⁴⁵⁾.

A partir do Estado Novo, os espaços de sociabilidade passaram a corresponder exactamente aos modelos também apresentados por José Manuel Sobral para uma freguesia da Beira e por José Cutileiro para uma freguesia alentejana⁽⁴⁶⁾. Dos três clubes apresentados para os três grupos sociais mais significativos (incluindo o clube desportivo criado mais tarde), as elites reuniam-se no “Clube dos Ricos”, onde geralmente passavam o serão em conversas, jogos de cartas ou bilhar, e onde tinham a companhia e eram servidos por uma senhora que exercia funções diversas...

Esta questão era também um factor de diferenciação social fortíssimo na sociedade portuguesa e que naturalmente tinha uma forte expressão na sociedade avisense: os homens tinham uma permissão implícita para frequentarem prostitutas; casados ou solteiros, era algo que não era exactamente censurado, apesar de se fazer discretamente. Vários casos houve de senhores que “montaram casa” às amantes, enquanto que trair o marido era algo que as mulheres nem tinham o direito de pensar (logo após a República uma senhora teve “um caso” com um médico; não foi perdoada pelo marido e saiu do concelho, onde nunca mais voltou). Por outro lado, as elites de Avis estabeleceram uma certa tradição de nunca reconhecer os filhos ilegítimos que porventura tivessem (apenas num caso foi estabelecida uma paternidade em tribunal, depois do senhor ter morrido e a criança já ser adulta, e com forte resistência de toda a família envolvida). Esta atitude estava ligada ao já referido objectivo de manter o património familiar intacto, mas também ao alto valor que as elites atribuíam à família: a esposa era *sagrada* (daí a discrição nessas actividades) e os filhos legítimos eram os únicos com direito ao nome e ao património.

4.6 - Sociabilidades

Tal como já foi salientado, e apesar da existência de alguns locais e formas de sociabilidade exteriores, a *Família*, “núcleo primeiro de toda a sociedade civil, é um espaço de reprodução social onde coexistem gerações, se inculcam valores e modelam comportamentos”⁽⁴⁷⁾. Assim, como base de toda a sociedade, a família também era o centro da maioria das actividades sociais e lúdicas a que as elites de Avis se dedicavam. Aqui estava incluído o conceito de família alargada e, como já vimos, grande parte das figuras mais destacadas das elites tinha de facto relações de parentesco, algumas mais próximas que outras. Para se partilhar dos espaços de sociabilidade das elites era necessário pertencer às famílias em questão ou pelo menos ter afinidades políticas ou económicas que mais tarde ou mais cedo se consolidavam em novas relações de parentesco, nem que fosse apenas o espiritual.

Na medida do possível, as elites de Avis tentavam copiar as *modas* que lhes vinham dos grandes centros através das revistas e de outros poucos meios de comunicação existentes na época em causa⁽⁴⁸⁾. No entanto, as principais formas de sociabilidade das elites continuaram durante grande parte do século XX a ser as que tradicionalmente eram praticadas nos espaços rurais e que constituíam o ponto alto da vida social do concelho: as festas religiosas e as feiras.

4.6.1 - Alimentação

O principal espaço de sociabilidade das famílias da elite era a mesa das refeições, onde todos os elementos obrigatoriamente se reuniam às horas marcadas. A sala-de-jantar ou mesmo a salinha mais pequena onde algumas famílias comiam no dia-a-dia, era o local por excelência onde se representava a hierarquia familiar e se punham em prática, por conversas e atitudes, os tais *valores e comportamentos* a inculcar e a modelar pelas famílias.

Pela sua importância na vida familiar, o planeamento e confecção das refeições ocupavam a maior parte das actividades diárias das senhoras; mas também eram algo a que os *chefes de família* atribuíam grande valor simbólico, sendo raras as vezes que as tomavam fora de casa. Mesmo os lavradores que *iam para o campo*, por mais tarde que chegassem, eram esperados pelo resto da família, pois a sua presença era indispensável para o início da refeição.

Já referi que algumas das famílias da elite de Avis se caracterizavam pela sua dificuldade em gastar dinheiro e pela frugalidade em vários aspectos da sua vida diária, vestuário, etc. Na questão da alimentação, pelo contrário, estas mesmas famílias caracterizavam-se pela enorme abundância e riqueza dos pratos.

A base da alimentação dos alentejanos, como é sabido e permanece até aos nossos dias, é o pão. Cada casa tinha enormes arcas para armazenar a farinha, proveniente de cereais da própria lavoura⁽⁴⁹⁾, a qual era amassada pelas criadas. Nos montes, o pão era cozido nos próprios fornos; nas vilas era levado aos fornos dos *forneiros* para ser cozido cerca de uma vez por semana. Esta situação durou até meados do século XX: nos anos 40 ainda não havia padeiros em Avis, como se pode ver no anexo 8.

O pão estava integrado em todas as refeições⁽⁵⁰⁾ e em quase todos os pratos servidos: era o que o acompanhava que distinguia o nível social. Enquanto os trabalhadores rurais comiam muitas vezes pão com azeitonas a meio do dia e uma *açorda* simples na refeição da noite (José da Silva Picão descreve as rações dos trabalhadores dos monte alentejanos com bastante pormenor; a *açorda* alentejana consiste num caldo de água a ferver com azeite, sal, alhos e coentros despejado sobre fatias de pão duro), os grupos com um poder económico superior tinham a possibilidade de variar substancialmente o tipo e o recheio dos caldos que deitavam sobre as *sopas de pão* (as fatias de pão duro): na matança do porco fazia-se a *caçhola* com o respectivo sangue e fressuras (os órgãos internos); também o borrego era todo aproveitado, utilizando-se a parte junto aos ossos para o *ensopado*; várias ervas do campo eram também usadas do mesmo modo para fazer, por exemplo, *sopa de beldroegas*. O peixe também estava presente na mesa dos alentejanos, vindo regularmente de Sesimbra,

de onde os peixeiros o traziam fresco. Consumiam-se sardinhas assadas a acompanhar a açorda, ou a famosa *sopa de cação*, sempre muito apreciada pelas pessoas de fora. A carne de vaca ainda actualmente é pouco consumida no concelho de Avis: já foi referido que os bovinos eram utilizados apenas como animais de tracção e o seu número era muito reduzido; mesmo que alguma família da elite comesse ocasionalmente bifes, era algo raro e trazido de fora.

A alimentação diária incluía ainda grande quantidade e variedade de aves, enchidos (com carne de porco), queijos de ovelha e cabra, azeite, banha de porco, frutas e, sobretudo, muitos doces e bolos, nos quais as senhoras se esmeravam em mimos aos filhos e ao marido. A maioria dos ingredientes provinham das respectivas lavouras e os temperos eram sobretudo os da região: coentros, salsa, louro, pimentão da carne e azeite. Este era também usado nos bolos e doces, os quais incluía também muitos ovos, açúcar e algumas especiarias, como a canela, o que também não era acessível a todos os grupos sociais. A alimentação das elites de Avis era um nunca acabar de bolos, fatias douradas e torradas com *manteiga de vaca* (também um artigo a que as classes mais baixas tinham um acesso limitado) e muitos doces, compotas e marmelada.

A quantidade de calorias ingeridas diariamente pelas elites de Avis (sobretudo considerando que o gasto de energia era muito reduzido por levarem uma vida extremamente sedentária) contribuía para o seu aspecto físico. Considerando que os ideais de beleza eram diferentes dos actuais, como se pode ver nas várias fotografias apresentadas neste trabalho, quanto mais as elites cresciam em idade e em posição económica, mais redondas iam ficando as suas formas físicas. Ao contrário do nosso tempo, em que uma pessoa magra revela maior cuidado com a saúde e a boa forma física é quase um estatuto social, até aos anos 60 deste século os meninos queriam-se gordinhos e os senhores anafados. O mesmo se passava aliás nos restantes grupos sociais, pois em Avis no período estudado nunca chegou propriamente a haver fome: até nos períodos de desemprego e nalguns anos de crise, não era a alimentação o maior problema dos trabalhadores rurais, pois era comum todos terem um quintal com uma pequena horta onde cultivavam legumes e tinham algumas frutas, uma capoeira e um porco; também no rebanho do patrão estavam incluídas ovelhas dos pastores. As dificuldades económicas faziam sentir mais fortemente na questão do vestuário e calçado (já referi que entre as crianças de Avis a maioria andava descalça todo o ano) e nas rendas das casas que habitavam; as dívidas nas lojas podiam geralmente ser pagas em épocas mais favoráveis.

Estas considerações permitem concluir que a alimentação era um factor de distinção social, se não inteiramente pela quantidade de alimentos ingeridos, certamente pela sua qualidade.

4.6.2 - Festas familiares

Em ocasiões festivas, tudo isto era exacerbado, pois a arte de receber os convidados tinha como ponto principal a riqueza e a quantidade das iguarias servidas: como já foi referido, enquanto viviam nos montes as senhoras da elite ocupavam-se pessoalmente da confecção dos pratos, queijos, etc., e do tempero das carnes, molhos e enchidos. Ao tomarem um estilo de vida mais “urbano”, algumas perderam esse hábito, delegando essas funções nas criadas mais antigas e experientes, geralmente herdadas com a mobília e o enxoval. No entanto, a maioria continuou a dedicar-se pessoalmente a essas actividades, sobretudo no que diz respeito às artes da doçaria, pois grande parte do seu prestígio como mulher e boa *dona-de-casa* era aí adquirido. Os doces e bolos eram confeccionados diariamente para consumo familiar ou para serem servidos com os chás às visitas.

Em datas específicas do calendário religioso, serviam-se doces especiais, como por exemplo no Natal o arroz doce com muita canela, as filhozes e as belhozes (fritos feitos com abóbora) e na Páscoa coziavam-se *costas* nos fornos do pão. Nestas ocasiões reunia-se toda a família alargada, geralmente em casa do patriarca, depois da cerimónia religiosa correspondente (Missa do Galo ou Missa do domingo de Páscoa) para uma longa refeição apropriadamente pesada. Os menus eram preparados com vários dias de antecedência e mobilizavam todo o sector feminino do grupo. Incluía: canjas, açordas e ensopados vários; patos e perus assados (numa época em que o peru ainda não estava tão banalizado como agora), pernas de borrego, lombos de porco temperados com *pimentão da carne* (uma massa encarnada feita de pimentos), leitões assados, muitos pastéis de massa tenra, rissóis e outros folhados vários, iguarias regionais como *cabeça de achá ou de xara* (feito com as cartilagens e partes gelatinosas da cabeça do porco) e todo o tipo de presuntos e enchidos, tudo acompanhado com muito pão, arroz e batatas; as sobremesas tinham muitos bolos secos, doces de ovos, etc.

As festas relacionadas com os baptizados e casamentos, ou com celebrações de bodas de prata ou de aniversário dum patriarca mais idoso, eram realizadas geralmente nos montes (depois da cerimónia religiosa na vila) e incluía também elementos exteriores à família; a maior ou menor lista de convidados revelava sobretudo o estatuto social que se pretendia afirmar localmente. Nessas celebrações era comum tirarem-se as fotografias mais importantes dos álbuns familiares, tanto usando os serviços dum fotógrafo profissional,

como “em circunstâncias de maior informalidade podiam ser os próprios participantes que fixavam esses instantes (...) a fotografia consolidava sentimentos de pertença entre os elementos do grupo, estreitava solidariedades e prolongava a memória...”⁽⁵¹⁾.



Nesta fotografia temos a família Varela do Monte Outeiro de Baixo à volta do patriarca José Varela Teles cerca de 1912. Nela podemos observar perfeitamente a hierarquia familiar, com o patriarca no centro rodeado pela sua prole, filhos e genros atrás em pé, filhas e noras sentadas ao seu lado, todos com crianças ao colo, os elementos que darão continuidade ao seu nome e património. Já na fotografia é visível a divisão sexual nos locais de sociabilidade: cada grupo ocupava um espaço próprio, tanto em festas familiares como em lugares públicos. Apesar de aqui se verem pelo menos 5 casais (o patriarca já era viúvo e tinha duas filhas e três filhos casados), as mulheres não ocupam a posição ao lado do marido, mas sim à sua frente, separadas pelo facto de estarem sentadas e os homens em pé (sentados no chão estão os solteiros); no resto da festa, os homens decerto se reuniram a fumar e a dizer graças impróprias para senhoras, enquanto estas ocuparam outra divisão ou passaram o tempo atarefadas com a alimentação das respectivas crianças, a organização e disposição dos pratos na mesa e a direcção do serviço das criadas.

Os criados da casa eram geralmente mobilizados para essas ocasiões, tendo geralmente a sua própria “festa” nos dias seguintes, pois recebiam nos montes as enormes quantidades de comida que sobravam da festa dos patrões.

Também a política deu azo a grandes festas, como por exemplo a da vitória de José Pais de Vasconcelos Abranches nas eleições de 1904, quando foi eleito Presidente da Câmara pelo P. Progressista e à qual assistiram os mais importantes membros da elite local⁽⁵²⁾.

4.6.3 - Festas sazonais, cerimónias religiosas e feiras

Os pontos altos da sociabilidade rural ocorriam nas festas sazonais relacionadas com os ritmos agrícolas, nas quais as cerimónias religiosas se integraram posteriormente. Nestas verificava-se a integração de toda a população, com as devidas distâncias e separações entre os grupos. As elites destacavam-se pela posição que ocupavam, pelo vestuário e pela forma reverencial com que eram tratados pelas outras classes. Eram ocasiões para as quais se faziam preparativos durante o resto do ano e, para as senhoras, significavam quase a única ocasião em que se podiam passear pelas ruas, ver e ser vistas por outras pessoas, mostrar roupas novas e, sobretudo para os jovens, conhecer e contactar (minimamente) com pessoas de outro sexo fora do âmbito familiar.

Estas ocasiões surgiam nas feiras do concelho ou de concelhos vizinhos (ver capítulo 2), em alguns piqueniques⁽⁵³⁾, mas sobretudo na *Festa da Senhora Mãe dos Homens*, tradicionalmente organizada pela respectiva confraria⁽⁵⁴⁾ e realizada no último domingo de Agosto. Era a grande festa do concelho, que misturava tradições pagãs relacionadas com o final das colheitas e a romaria cristã à capela da Senhora Mãe dos Homens que se encontra no centro do termo de Avis, num ponto alto até há pouco rodeado de grandes sobreiros e azinheiras. As famílias inteiras deslocavam-se ainda de madrugada em carros puxados por mulas ou mesmo a pé com farnel para o dia todo. Após a procissão e missa, instalavam-se à sombra das grandes árvores, perto duma fonte, e aí passavam a tarde e o serão (alguns acabavam por lá dormir sob as estrelas), assistindo e participando nas várias animações organizadas: quermesse com comidas e rifas, bailes junto ao coreto, com a música das bandas locais ou de atracções de fora, touradas (ou pelo menos novilhadas), manifestações desportivas, provas de tiro aos pratos e outras⁽⁵⁵⁾.

Também o Carnaval mobilizava toda a população do concelho, sobretudo as elites que se esmeravam (tanto os adultos como as crianças) nas máscaras com que desfilavam nos corsos, nas festas que organizavam ou nos *assaltos* que promoviam.



Os mascarados c. 1905.

4.6.4 - Os bailes e os rituais do namoro

As famílias da elite da vila de Avis também organizavam bailes nas respectivas casas ou nos salões da Câmara, geralmente com objectivos beneficentes. Sobretudo no verão, algumas das casas recebiam familiares e amigos para lanches nas suas varandas, acompanhados de saraus e récitas que as senhoras organizavam para os filhos enquanto elas bordavam reunidas com as amigas e os maridos iam para o clube. Estas reuniões mais informais prolongavam-se normalmente pela noite dentro e evoluíam para *bailaricos*, animados por alguns dos jovens com talento musical ou, mais tarde, as grafonolas que tocavam os discos com os últimos sucessos do momento.

Depois dos primeiros contactos (que nunca eram muito além de olhares, pois os homens ficavam separados das mulheres mesmo nas festas e as meninas estavam sempre sob a vigilância das mães, madrinhas ou criadas) nos locais de sociabilidade descritos, os jovens empenhavam-se em repetidas passagens sob a janela da menina escolhida, fosse do monte ou da vila. A sua reacção levava o pretendente a desistir face ao desinteresse feminino ou a ganhar coragem para falar com o pai dela. Não tomei conhecimento de casos de casamentos combinados pelos pais ou de jovens forçados a casamentos contra a sua vontade, pelo menos de forma explícita; porém, os vários condicionalismos sociológicos (e até geográficos) já descritos eram determinantes na escolha do cônjuge entre as elites. Seguia-se um longo noivado que raras vezes saía da sala-de-visitas, por vezes durante

vários anos, durante o qual a presença dos paus-de-cabeleira era uma constante. A desempenhar esse papel havia sempre uma irmã mais nova (uma das fontes orais disse que coseu inúmeras meias e bordou dezenas de guardanapos enquanto passava as tardes com a irmã e o respectivo noivo), alguma tia ou mesmo uma criada.

4.6.5 - Caçadas

Uma das mais importantes formas de sociabilidade masculina no Alentejo era a realização de caçadas. Nos finais do século XIX as famílias do concelho de Avis não tinham ainda essa tradição: apenas alguns lavradores caçavam quando queriam, sem quaisquer restrições, mas também sem grande interesse (informações fornecidas pelas fontes orais). Porém, a partir da República parece aumentar o interesse por esta actividade: o *Livro de Registo de Licenças de Uso e Porte de Armas de Fogo* foi aberto em 20/4/1915 e contém os nomes de praticamente todos os membros das elites locais, incluindo (apenas) uma senhora, D. Olga Deolinda Pais da Cunha e Sá, filha do Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá. O *Livro de Registo das Licenças para Caçar* desde 1921 até 1934 também revela imensos nomes das elites locais, misturados com membros de outras classes⁽⁵⁶⁾.

Estes elementos revelam vários aspectos importantes da caça nos primeiros anos do nosso século: não era tão elitista como actualmente se faz supor, pois havia os caçadores profissionais, os que caçavam para vender, mediante autorização do dono das propriedades; a grande diferença é que estes geralmente não tinham espingardas (caçavam com armadilhas ou paus) ou se as tinham eram de muito menor qualidade; também a participação das senhoras nessas actividades era quase nula, pois a única senhora referida (em 1915) era duma família com maiores ligações à capital e com hábitos de sociabilidade diferentes dos das elites locais; em 1921 não surge nenhuma com licença para caçar e isto era mesmo mal visto localmente.

De facto, a partir do momento em que as elites rurais de Avis se “urbanizaram” e começaram a adquirir hábitos mais “burgueses”, começou a surgir o interesse pela organização de batidas e caçadas nas respectivas propriedades, para as quais convidavam os amigos e aliados políticos como forma de “pagamento de serviços” implícita ou de criação de clientelas; Simão Teles Varela, o rendeiro da herdade de Camões (dos Duques de Cadaval) chegava a ter os convidados da capital instalados no monte durante um mês para caçadas diárias e grandes jantaradas com as peças caçadas. Nestas ocasiões os empregados das lavouras eram mobilizados para “bater o terreno” e “levantar a caça”. As mulheres ficavam excluídas de todas estas diversões. A caça tornou-se assim um meio de afirmação e prestígio social; os convites para caçadas eram irrecusáveis e motivo de agradecimento para

o resto da vida. A competição também era forte nessas ocasiões e cada caçador se esforçava por abater o maior número de peças e demonstrar a superioridade do seu cão (perdigueiros, *pointers*, podengos) face aos dos outros.

Os pratos preparados a partir das peças de caça eram geralmente servidos logo nos dias seguintes às caçadas, devido à quase total inexistência de métodos de conservação dos alimentos (conservavam-se perdizes em banha durante meses, o que não impedia a ocorrência de algumas doenças intestinais graves após o seu consumo). Incluía *perdizes, faisões, codornizes, etc. assados, ensopado de lebre, coelhos à caçador, de molho de vinho ou de molho de vilão, arroz de pato, javali assado* e ainda *veado*. Entre as elites, as famílias de caçadores destacavam-se por ter este tipo de alimentação com grande regularidade, pois a quantidade de caça existente no concelho de Avis era muito superior aos níveis actuais. Em média um bom caçador não chegava a casa com menos de 30 ou 40 peças, as quais tinham de ser consumidas rapidamente, eram distribuídas por parentes, compadres e amigos ou oferecidas à Misericórdia.



4.6.6 - As viagens

A possibilidade de viajar foi indiscutivelmente um privilégio das elites durante todo o período estudado. Isto porque as principais vias de comunicação e meios de transporte eram na sua maioria e na maior parte do tempo inacessíveis.

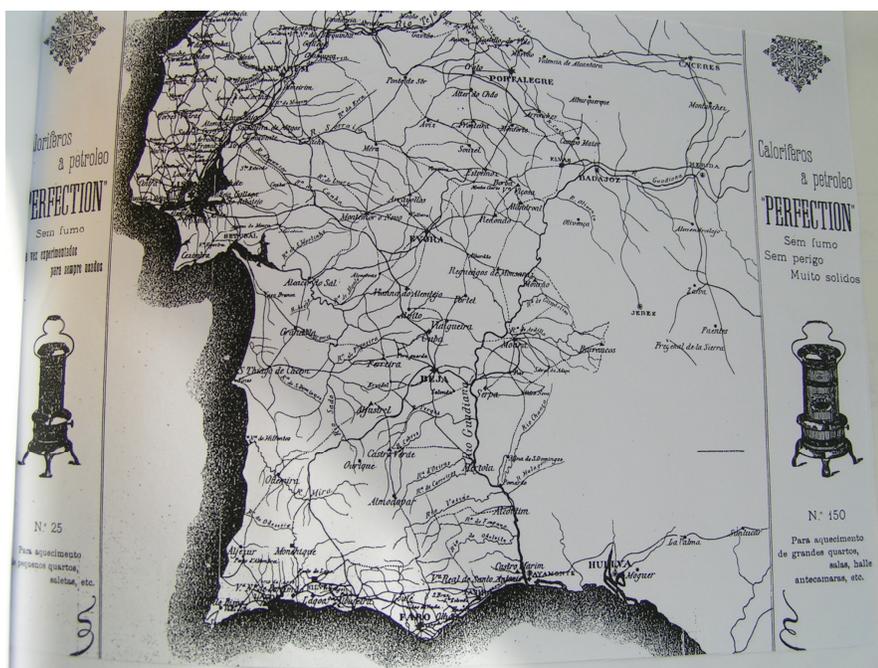
4.6.6.1 - Deslocações e meios de transporte. Dificuldades.

“Ao começar o século XX, o caminho-de-ferro imperava em todo o mundo e constituía o elemento-base da rede de transportes e comunicações”⁽⁵⁷⁾. Ora o caminho-de-ferro não chegava nem alguma vez chegou ao concelho de Avis. Essa foi aliás uma

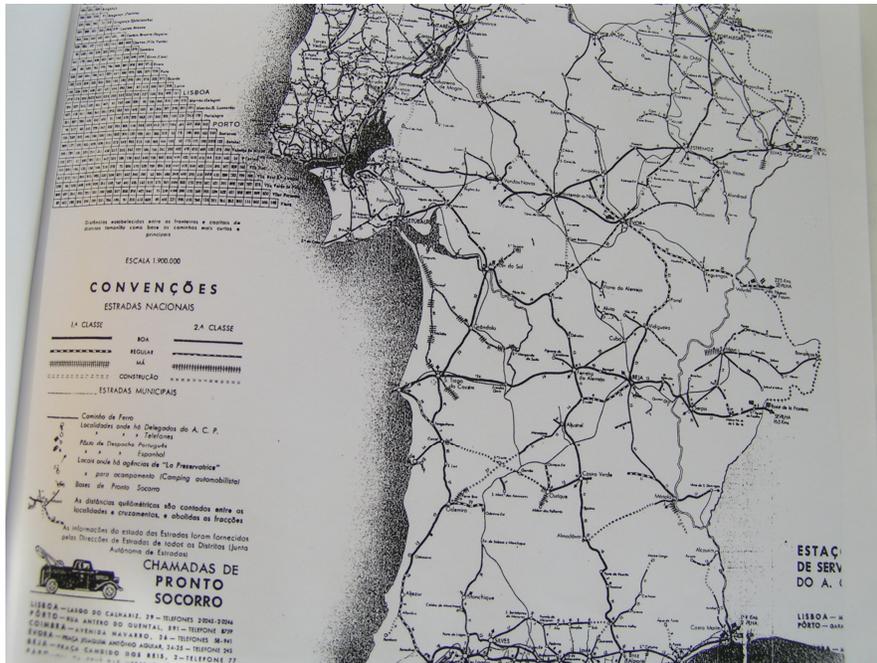
preocupação constante do poder político local: vários esforços foram empreendidos nesse sentido, porém sem resultado⁽⁵⁸⁾.

Como se pode ver neste mapa de 1906, a linha do caminho-de-ferro passava pela Ponte de Sor e de Avis para lá existia apenas uma “estrada carroçável”, assim como para os restantes centros urbanos da região. Entre as freguesias do concelho havia apenas caminhos, os quais eram por vezes transitáveis apenas no verão⁽⁵⁹⁾. Este panorama não se alterou muito até 1941: podemos ver no mapa seguinte que as ligações para Avis (e nem estão representadas as restantes freguesias, por causa da inexistência de estradas circuláveis por automóveis) continuavam a ser feitas por estradas “regulares” e de “2ª classe”.

Assim, a circulação de mercadorias, como já foi referido, era feita em alguns casos pelos pés das próprias (no caso dos porcos e das ovelhas que eram levados pelos porqueiros e pastores até às feiras ou à estação da Ponte de Sor) ou em carroças (só mais tarde em tractores). Quanto às pessoas, as deslocações implicavam logo de início disponibilidade de tempo; depois a posse de vários trens para transporte de toda a família, criadas e bagagens (baús, arcas, cestas de comida...), e os respectivos cocheiros que os levavam à estação do comboio e na data da chegada os iam buscar. E, principalmente, dinheiro para o alojamento, refeições e outros gastos no local de destino.



Fonte: *Mapa de Portugal para o Automobilismo*, publicado pela Colonial Oil Company, 1906.



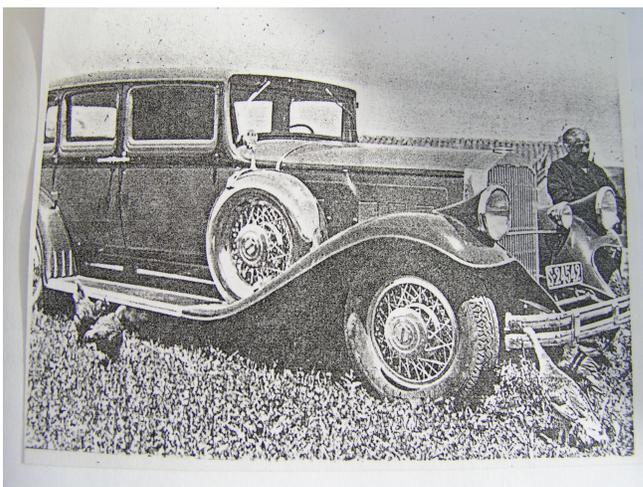
Fonte: Mapa de Estradas do Automóvel Clube de Portugal de 1940 – 41.

Os primeiros automóveis de Avis foram comprados pelos irmãos Braga, Asdrúbal e José, uns dos maiores proprietários do concelho e genros respectivamente dos presidentes da câmara Dr. Manuel Lopes Varela e José Diogo Pais. Ficaram famosas as viagens de José Braga por toda a Península Ibérica no seu Ford Modelo T (várias pessoas me falaram duma fotografia sua com este carro no Montjuic em Barcelona, mas não consegui acesso a ela) no final dos anos 20. Isto, contudo, eram exceções, pois mesmo os membros da elite que acabaram por comprar carros nos anos 30 continuavam a “ir ao campo” de trem ou carroça, enquanto os automóveis ficavam guardados para não se estragarem nos maus caminhos. Mais tarde começaram a ter dois ou mais carros: um de cerimónia, para usar em ocasiões especiais, outro de serviço, como se pode ver nos inventários de Cosme dos Campos Callado (m. 1948 e tinha 1 Mercedes de 1938, descapotável e encarnado, e 1 camioneta Ford de 1946) e de José Valentim Varela Júnior (m. 1954 e tinha também um Mercedes e um jeep *Willis*). Estes carros eram conduzidos pelos próprios (com alguma dificuldade, segundo as anedotas locais) ou por motoristas fardados, com botas altas e boné. Desde 1914, pelo menos, várias licenças foram passadas para conduzir Velocípedes, Bicicletas e Motociclos, mas estes veículos eram conduzidos maioritariamente pelos mais jovens e arrojados entre as elites ou então por membros de famílias de pequenos proprietários⁽⁶⁰⁾.

Só nos anos 30 surgiram as primeiras carreiras regulares de transportes públicos rodoviários⁽⁶¹⁾.



Carro de parrelha da Fundação Abreu Callado.



1º automóvel do Dr. Cosme dos Campos Callado

4.6.6.2 - A ida à capital; praias, termas e touradas

Face à situação descrita, apenas um número muito reduzido de famílias tinha disponibilidade económica para sair de Avis. E mesmo assim com muito pouca regularidade e condicionados por vários factores, como por exemplo a chuva que impossibilitava os caminhos, etc. De qualquer modo, a adopção de comportamentos “burgueses” também chegou a estas elites rurais que já nos finais do século XIX marcavam o seu calendário mundano com a frequência das praias e termas da moda, além das viagens regionais para frequentar feiras e assistir a touradas nas cidades mais próximas, como Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo ou mesmo Badajoz e Sevilha. Como forma de tratamento, sobretudo para as gerações mais velhas, as elites frequentavam as termas mais próximas, como Cabeço-de-Vide, Marvão ou Castelo-de-Vide, mas sobretudo as de

Monfortinho, Caldas da Rainha e o Luso, pois sempre mudavam de ambiente e aproveitavam alguns dos locais de sociabilidade mais conceituados da época⁽⁶²⁾.

Tanto as famílias Cunha e Sá como os Carvalho tinham casas em praias: a Quinta do Bom Sucesso, na Lagoa de Óbidos e uma casa em Espinho, respectivamente. As restantes famílias arrendavam casas à época na Figueira da Foz, Nazaré, S. Martinho do Porto, pois "os alentejanos preferiam ir passar o verão a sítio frescos", segundo as palavras dum descendente. As famílias inteiras, ou pelo menos a mãe ou alguma tia com as crianças (grande parte dos lavradores eram *de sequeiro* e preferiam ficar nas herdades a ir para a praia) saíam de Avis geralmente durante todo o mês de Agosto ou Setembro e instalavam-se nestas praias com criadas, malas e baús, depois de extenuantes viagens que duravam um dia inteiro, com frequente mudanças de meio de transporte. Uma das famílias chegava a passar os três meses de verão em Espinho, para onde levavam carros com parelhas de mulas carregados com a comida para toda a temporada! À falta de hotéis era frequente ficarem em casas de pescadores que durante essas temporadas se mudavam para alojar estes "turistas".

Nas praias era raro as senhoras alentejanas tomarem banhos de mar ou até vestirem algo que se assemelhasse a um fato de banho. Saíam do seu ambiente e até assumiam comportamentos bastante diferentes do habituais, como passear nas avenidas ou frequentar casas de chá. Mas chegar ao ponto de expor parte do corpo já eram hábitos urbanos demasiado avançados para estas senhoras de província, por maiores que fossem os fatos-de-banho da época: como se pode ver na fotografia, ainda nos anos 30 as senhoras estão na praia de casaco, apenas a criada está de manga curta e as crianças, essas sim, usavam fatos-de-banho, pois tinham a receita médica de apanhar sol e banhos de mar. Face a essas recomendações, eram levadas pelos banheiros que as mergulhavam nas ondas e as despachavam para a família com o banho tomado e o serviço completo.



Família da Avis na Nazaré em 26/8/1936: a avó, a tia, os meninos, a criada e a filha dos pescadores em casa de quem estavam alojados.

Algumas famílias incluíam na viagem “a banhos” a estadia de alguns dias na capital. Aí instalavam-se e tomavam a maioria das refeições no Hotel Universo, na Rua do Carmo, ou na Pensão Morais, os quais, segundo as fontes orais eram os redutos dos avisenses em Lisboa; aproveitavam para ir aos médicos especializados, ao teatro, cinemas, modistas, e tudo o que não tinham oportunidade de fazer na vila ou aldeia de residência. Sobretudo, frequentavam espaços públicos, chás dançantes e outros, uma atitude típica do turista que age de modo diferente quando está fora do seu ambiente e sem os condicionalismos duma sociedade fechada como a que as elites frequentavam durante o resto do ano. Alguns senhores frequentavam casinos e os *cabarets* da moda, ficando as esposas nos hotéis, mas principalmente quando viajavam a Lisboa sem a família⁽⁶³⁾.

As deslocações dos lavradores alentejanos a Lisboa em trabalho ou diversão eram muito raras. As exceções existiram apenas nas famílias cujos filhos estudaram fora. Por exemplo Júlio Mário da Cunha e Sá estudou Direito e exerceu a sua profissão nas Caldas da Rainha antes de se instalar em Avis como lavrador. Esta família deslocavam-se com muito maior frequência à capital que a maioria dos lavradores de Avis. Um caso também excepcional foi o do lavrador António Teles de Carvalho (n. 1877, m 1941), filho de Manuel de Carvalho, que já nos anos 20 resolveu entregar ao filho a lavoura e comprar a Quinta da Flamenga, às portas de Lisboa (onde actualmente é a Rotunda do Aeroporto), na qual instalou uma vacaria com 70 vacas para abastecer a cidade de leite (informações fornecidas pelo neto, Dr. António Godinho de Carvalho). Passou então a viajar todos os meses entre o seu monte (na freguesia da Figueira) e Lisboa, fazendo o percurso de trem puxado a cavalos fora das estradas principais, indo quase a direito pelo meio dos sobreiros. A meio do caminho arrendou outra herdade para servir de “pousada”, na qual descansava durante uns dias em cada deslocação.

De qualquer modo desde os finais do século XIX até meados deste, o meio de transporte mais usado era o comboio; António Pais da Silva Marques, filho do lavrador com o mesmo nome que foi o 5º MC de 1890, foi deputado pelo círculo de Elvas entre 1923 e 1925 e tinha um passe dos caminhos-de-ferro para as suas deslocações.



Também os estudantes que passavam as férias em Avis com as famílias usavam este transporte. Apenas alguns mais arrojados tinham a audácia de fazer o percurso de automóvel, o que se tornava uma autêntica epopeia, sobretudo no Inverno, por causa do mau estado das estradas. O percurso era feito pela Ponte de Sor, Abrantes (onde havia a única ponte para atravessar o Tejo com uma portagem de 2 tostões nos anos 40), e depois Santarém e Lisboa. Eram 240 km (actualmente por Pavia e Mora são 150) que nos anos 30 e 40 se faziam numa média de 6 horas, as quais se podiam prolongar consoante a quantidade de furos que tivessem de ser remendados pelo caminho. Nos anos da 2ª Guerra Mundial, as restrições de combustíveis e de pneus fizeram com que as viagens fossem ainda mais limitadas, aventurando-se alguns de moto, como era o caso de Eurico Pais, gerente do Grémio da Lavoura que se deslocava frequentemente a Lisboa para resolver assuntos burocráticos e ver os filhos que lá estudavam.

